

Educação & Patrimônio



Conceitos patrimoniais sobre o Conjunto
Arquitetônico da Pampulha

2021

Detalhe do painel de azulejos no guarda-
corpo do coro / Acervo: Memorial da
Arquidiocese de Belo Horizonte.



EDUCAÇÃO E PATRIMÔNIO

Conceitos patrimoniais sobre o
Conjunto Arquitetônico da Pampulha

VOLUME 01

2021



FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Igreja Católica. Arquidiocese de Belo Horizonte (MG). Vicariato Episcopal para a Ação Missionária na Arte, Cultura e Bens Culturais. I24e Educação e patrimônio [recurso eletrônico]: conceitos patrimoniais sobre o Conjunto Arquitetônico da Pampulha / Arquidiocese de Belo Horizonte. Vol. I. Belo Horizonte : Memorial Arquidiocesano, 2021. E-book (16 p. : il).

Igreja Católica. Arquidiocese de Belo Horizonte (MG). Vicariato Episcopal para a Ação Missionária na Arte, Cultura e Bens Culturais. Memorial Arquidiocesano.

1. Capela Curial São Francisco de Assis (Belo Horizonte, MG). Patrimônio cultural - Proteção - Belo Horizonte (MG). 2. Arquitetura religiosa - Conservação e restauração. 3. Patrimônio histórico. 4. Pampulha, Lagoa da, Região (MG) I. Título.

CDU: 726.54

Ficha catalográfica elaborada por Fabiana Marques de Souza e Silva - CRB 6/2086



Apresentação

O Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte é responsável pela salvaguarda e preservação dos bens culturais da Igreja. Ligado ao Vicariato Episcopal para a Ação Missionária na Arte, Cultura e Bens Culturais – Veam, desde 2016, potencializa os esforços preservacionistas dos bens culturais da Arquidiocese de Belo Horizonte, reunindo agentes e competências técnicas, direcionados e atuantes nas ações de gestão cultural, memória e patrimônio.

Com a reinauguração da Capela Curial São Francisco de Assis, em outubro de 2019, somaram-se às atribuições do Memorial todas as atividades patrimoniais referentes à dinâmica cultural nela realizadas. Nesse sentido, foi criado um setor de educação patrimonial, com o intuito de estimular a apropriação e reconhecimento identitário da comunidade belorizontina com a Capela.

Para divulgar e promover a Capela Curial São Francisco de Assis em todas as suas vertentes e ressignificações - religiosidade, patrimônio, lugar de memória -, apresentamos esta cartilha, como instrumento informativo sobre os aspectos históricos, urbanísticos e culturais de um dos pontos turísticos mais conhecidos da capital mineira.

De modo geral, esta cartilha pretende estimular situações de aprendizado sobre os processos que envolvem o patrimônio cultural em seu sentido mais amplo, seus produtos e manifestações.

Dom Vicente Ferreira

Bispo Auxiliar na Arquidiocese de Belo Horizonte

Vicariato Episcopal para a Ação Missionária na Arte, Cultura e Bens Culturais



Introdução

Em meio a um processo, provocado por alterações sociais, o conceito de patrimônio cultural é expandido, passando a atuar, contínua e cotidianamente, na vida social das comunidades, proporcionando, além de lugares de memória e contemplação, espaços de reflexões sociais.

Patrimônio é o conjunto de bens materiais, imateriais e naturais que contam a história de uma comunidade e sua relação com o meio ambiente. É o legado que se herda e se transmite a gerações futuras. A melhor forma de garantir a preservação dos valores culturais e a inserção do patrimônio cultural no cotidiano das comunidades é através da sensibilização dos cidadãos, pelo conhecimento e pertencimento cultural.

Visando sensibilizar e estimular a apropriação e reconhecimento identitário da comunidade belorizontina, o Educativo da Pampulha buscou meios eficazes de divulgação e promoção do patrimônio como lugar de memória. Para tal, criou-se o “**Projeto Cartilhas Educativas**”, buscando proporcionar a imersão dos personagens sociais, ainda que distantes fisicamente, junto ao patrimônio cultural e religioso da Arquidiocese de Belo Horizonte.

Neste primeiro volume, são abordados o histórico da construção do **Conjunto Arquitetônico da Pampulha** e sua trajetória como patrimônio cultural de Belo Horizonte. Além disso, são abordados alguns conceitos gerais sobre o patrimônio cultural, cumprindo, assim, o objetivo principal deste projeto: criar meios para divulgar conhecimentos sobre o nosso legado cultural.



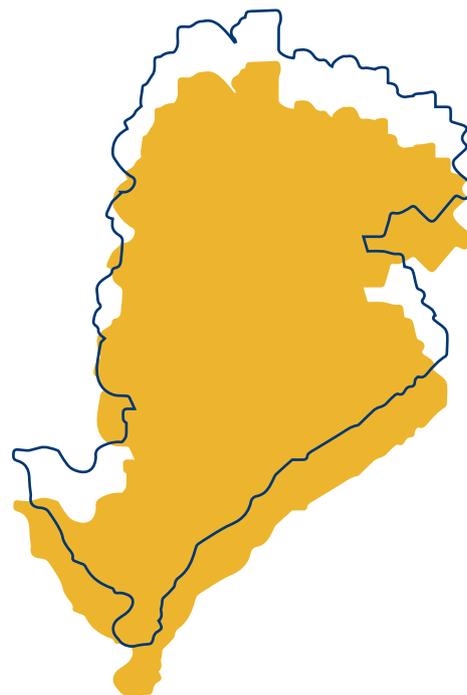
BELO HORIZONTE E O CONJUNTO ARQUITETÔNICO DA PAMPULHA

Na última década do século XIX, Ouro Preto deixava ser a sede administrativa do Estado de Minas Gerais. Com o advento da Proclamação da República e o fortalecimento de ideais positivistas permeando o ideário político e social, surgiu a necessidade de criar uma nova capital que representasse o desenvolvimento e a modernidade, rompendo com o passado colonial que Ouro Preto representava.

Em nome da mudança, **Belo Horizonte foi construída sobre as bases do pequeno Arraial Curral d'EL Rei**, lugarejo símbolo do regime monárquico. O projeto da nova capital cumpria com as aspirações do Republicanismo brasileiro, pautando-se no progresso. A empreitada estatal recebeu apoio da elite política mineira, que contou com a participação de uma equipe técnica composta por arquitetos e engenheiros, os quais deram origem à “Comissão Construtora da Nova Capital”, chefiada pelo engenheiro civil **Aarão Reis**. O plano esboçado pela Comissão Construtora delineou o imaginário racional e moderno, que pairava na sociedade mineira da época. Nessas circunstâncias, Belo Horizonte, idealizada como centro administrativo das Minas Gerais, levaria o Estado a se destacar novamente no cenário nacional e se desvencilhar das políticas do antigo regime.

Inaugurada em 12 de dezembro 1897, a nova capital assume seu papel de “cidade moderna” desde o seu planejamento. Apelidada de “a noiva da república”, por assumir traçados científicos e pautados na racionalidade do positivismo, essa titulação foi comprometida por seu crescimento acelerado e desordenado, principalmente, no que tange à ocupação do espaço pelo crescimento do fluxo migratório¹. Com o crescimento populacional o cenário urbano planejado para Belo Horizonte foi sendo alterado, uma vez que iniciativas urbanísticas foram adotadas durante as primeiras décadas do século XX.

A partir do Estado Novo (1937-1945) a percepção da modernização urbana passa a ganhar força no campo cultural e administrativo. Neste panorama Belo Horizonte



1. Projetada pelo poder público como ícone da modernidade republicana, seus espaços foram elaborados por engenheiros sintonizados com o positivismo e com o urbanismo franceses. A área inscrita no perímetro delimitado pela Avenida do Contorno recebeu prioridade na sustentação do discurso de modernidade e contou com investimentos que contribuíram para que a cidade aspirasse ao requinte e à sofisticação. Enquanto isso, a periferia não recebeu o mesmo apoio estrutural do poder público e crescia desordenadamente sem o controle adequado do Estado. (CEDRO, 2016. p.122.)



se destaca, mais uma vez, quando **Juscelino Kubitschek**; mineiro, natural de Diamantina, é nomeado Prefeito da capital (1940-1945) pelo interventor do Estado, Benedito Valadares. No comando da capital, JK promove várias intervenções urbanas como a criação de novas centralidades, que priorizam o sentimento estético e desenvolvimentista.

Influenciado pelo modernismo e alinhado ao pensamento artístico da **Semana de Arte Moderna de 1922**, o então chefe do poder executivo municipal fomenta a continuidade, ainda que dando novos contornos, ao imaginário modernista que a capital mineira já ostentava.

Voltando os olhos para a emergente região da **Lagoa da Pampulha**, JK visualizou a possibilidade de realizar um ambicioso projeto que tinha por fim criar um conjunto paisagístico e arquitetônico de usufruto cultural e recreativo, juntamente com um loteamento voltado para a construção de “casas de campo” para os cidadãos belo-horizontinos². Consequentemente, a região da Pampulha passa a ser um dos locais mais privilegiados da capital, recebendo inúmeras melhorias de infraestrutura. Essas melhorias também fizeram com que houvesse uma alta valorização das áreas do entorno da lagoa, onde foram construídos verdadeiros palacetes modernistas para abrigar os indivíduos mais representativos da elite social belo-horizontina. **Isto é, nos locais onde antes havia apenas fazendas e chácaras habitadas por agricultores, começam a surgir loteamentos que dariam origem a novos bairros.**

Originalmente, o projeto idealizado por Juscelino e concretizado por **Niemeyer** foi planejado para conter cinco prédios: **O Cassino (atual Museu de Arte da Pampulha), Casa do Baile, Igreja de São Francisco, Iate Golf Clube (atual Tênis Clube) e um hotel** que não chegou a ser erguido. Ainda no período das obras, somou-se à ideia original do projeto municipal a construção de uma casa de campo para o prefeito, que ficou conhecida como **Casa Kubitschek**, que seria um projeto modelo para as demais construções, e do **Parque da Pampulha**, cujo projeto não saiu do papel e apenas sua sede, projetada por Niemeyer, foi construída – hoje o espaço é ocupado pela sede da **Fundação Zoo-Botânica**. Além das obras concebidas por Niemeyer, outras importantes intervenções



Vista aérea parcial da Lagoa da Pampulha e seu conjunto arquitetônico | APCBH - Coleção José Goes

2. *Entretanto, grande parte dos empreendimentos urbanísticos, realizados em nome do progresso, provocaram visíveis contradições na paisagem social de Belo Horizonte, consequência considerada inevitável e frequentemente atribuída ao processo modernizador. [...] acrescida das melhorias empreendidas que impulsionaram o crescimento dos bairros de Lourdes e da região da Pampulha, além de dar nova aparência à capital mineira, contraditoriamente, [...], proporcionaram que áreas públicas praticamente se privatizassem, ou melhor, tivessem seu acesso restrito em grande parte aos frequentadores e moradores pertencentes às elites belo-horizontinas. (CEDRO, 2016, p.235).*

foram feitas no conjunto, como os jardins elaborados pelo paisagista **Burle Marx**, as pinturas e azulejos de Cândido Portinari, esculturas de **Ceschiatti, Zamoiski** e **José Pedrosa**, e o painel de **Paulo Werneck**.

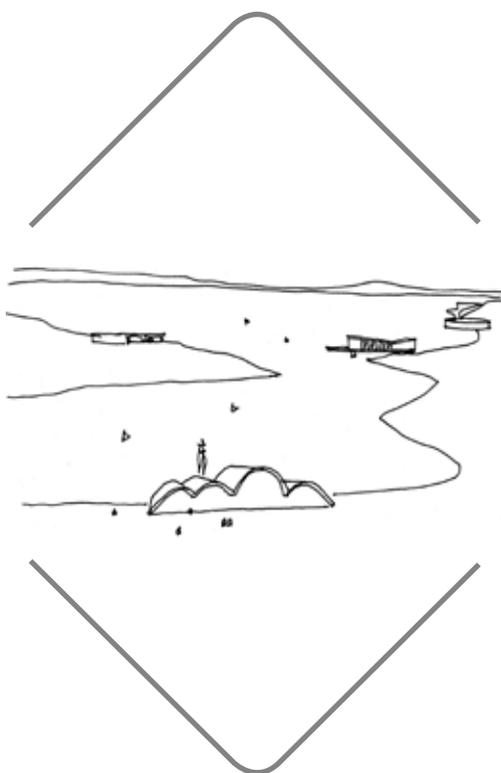
Com extremo apelo natural e cultural, o Conjunto Arquitetônico da Lagoa da Pampulha possui uma forte representação na consciência coletiva mineira e, sobretudo, belo-horizontina. A consumação desta obra de caráter estritamente modernista fez com que o complexo da Lagoa da Pampulha e Belo Horizonte se tornassem importantes referências da arquitetura moderna, tanto em âmbito nacional quanto internacional, por representar uma arquitetura modernista própria, que traz consigo elementos regionais, que foram buscados nas raízes culturais brasileiras.

O CONJUNTO ARQUITETÔNICO DA PAMPULHA E O PATRIMÔNIO CULTURAL

Carregado de características regionais e marcado pela religiosidade, o **estilo Barroco** consolidou-se no imaginário mineiro como uma identidade arquitetônica. No entanto, tal identidade provinha de inspirações europeias e desde a década de 20 a discussão em torno da criação de uma identidade nacional era ambicionada. Não à toa, o conceito e reinvenção e devotada modernização dos espaços urbanos alinha-se com a escolha do modernismo como características arquitetônicas para a Pampulha.

Neste cenário audacioso, fomentado por ambições de não ser “mais uma cópia europeia”, surge o projeto do Conjunto Arquitetônico da Lagoa Pampulha, que desde sua pretensiosa idealização manteve íntimas relações com o ideário modernista.

Inaugurado em 1943, o conjunto moderno da Pampulha apresentou elementos inovadores empregados nos campos da arquitetura, artes plásticas, paisagismo e engenharia. **O projeto da construção de “um oásis na capital mineira”, comprova um dos pontos intensos da cultura brasileira, marcado por um otimismo onde tudo é possível.**



3. Segundo Le Goff, “Os materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos”. O autor defende que “a memória não é uma propriedade da inteligência, mas a base, seja ela qual for, sobre a qual se inscrevem as concatenações dos atos” (LE GOFF, 1984). Nesse sentido, podemos ressaltar a memória social, a qual indica o caráter social da construção da memória humana no tocante à associação entre questões de tempo x história. Isto não apenas no sentido da identidade dos grupos, classes, tradição histórica, como também na realização de um fato social, fomentando uma relação entre memória e monumento.

4. Atual IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Mantém as mesmas características de proteção aos bens culturais. É de sua competência o cuidado com o patrimônio cuja importância seja de caráter nacional.

5. Paisagem Cultural do Patrimônio Moderno. Este foi mais um título inédito que o Brasil recebeu. Ao integrar a Pampulha à Lista do Patrimônio Mundial, a UNESCO reconheceu o Conjunto como uma obra-prima do gênio criativo humano.

De acordo com Carsalade (2007), “a Pampulha significava a construção de um espaço direcionado ao turismo, justificando assim, as construções de casas de luxo e diversão ao redor da lagoa”. Isto é, pretendia ser não apenas um plano de caráter monumental³, com o lago artificial margeado por equipamentos de turismo e lazer, mas “um plano de valor urbanístico, turístico e social” (CAMPOS, 1983).

Indiscutivelmente inegáveis, as edificações do complexo arquitetônico da Pampulha possuíam, cada uma à sua maneira, valores simbólicos intrínsecos e distintos. O rompimento com velhas tradições republicanas adotadas pelas oligarquias que assumiram o poder sempre esteve presente no modernismo arquitetônico projetado para a Pampulha e devido às inovações empregadas no desenvolvimento do projeto, imbuído pelo pensamento vanguardista, desde sua projeção a Pampulha recebeu notória visibilidade.

Essa valorização, tanto local quanto exterior, fez com que, em 1997, o conjunto fosse tombado pelo SPHAN⁴ como patrimônio cultural nacional devido à sua importância e beleza. Além do tombamento federal, o conjunto consta nos livros de tombamento municipal (2003) e estadual (1984), sendo tutelado pelos três níveis de poder.

O conjunto foi incluído na Lista Indicativa do Brasil a Patrimônio Mundial desde 1996, entretanto a efetivação da candidatura aconteceu apenas em 2014, com a elaboração do Dossiê de Inscrição na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. O título foi concedido em 16 de julho de 2016, e, assim, o Conjunto Moderno da Pampulha tornou-se o primeiro bem cultural com o título de Paisagem Cultural do Patrimônio Moderno⁵.



CURIOSIDADE: O Iphan passou a promover o tombamento de monumentos de linhas modernas a partir de 1947 e o processo de tombamento dos bens imóveis que compõem o complexo da Pampulha se deu de modo gradual. Apesar disso, a Capela Curial São Francisco de Assis foi a primeira edificação do complexo a ser tombada pela instituição federal. Isto é, ainda no ano de 1947, a Capela Curial São Francisco de Assis foi tombada, em caráter preventivo, por solicitação do arquiteto Lúcio Costa, para preservar, segundo suas próprias palavras, “o valor excepcional desse monumento”.

PATRIMÔNIO CULTURAL

Patrimônio é tudo o que criamos, valorizamos e queremos preservar: são os monumentos e obras de arte, e também as festas, músicas e danças, os folguedos e as comidas, os saberes, fazeres e falares. Tudo enfim que produzimos com as mãos, as ideias e a fantasia. (FONSECA,2005)



A ideia de patrimônio no Brasil passou, ao longo do século XX, por transformações que alteraram seu conceito e nossa relação com ele. Chegamos ao século XXI incorporando o patrimônio no seu contexto de entorno e ambiência e passamos a tratar de conjuntos e zonas até o ambiente urbano completo e a paisagem cultural, de forma integrada. Sob a perspectiva da mudança e do processo, deixamos para trás aquele patrimônio engessado e distante e passamos a entender o patrimônio cultural como **o conjunto de bens materiais e práticas culturais que distingue os grupos sociais, criando o verdadeiro sentido de identidade coletiva.**



Existem meios legais para a inscrição e reconhecimento legal do patrimônio cultural, mas para assim ser considerado um bem não precisa, necessariamente, ter um valor artístico e/ou histórico em caráter mundial ou nacional. Às vezes, seu valor é reconhecido apenas por um grupo pequeno, numa dimensão simbólica, ligada e significativa em dimensões locais. Ou seja, sob essa perspectiva, não apenas se alargam os objetos a serem protegidos, como também os atores envolvidos. Conseqüentemente, a sociedade passa a exercer um papel fundamental na proteção do patrimônio, pois é ela quem determina o valor atribuído, e com ele estabelece laços de identidade, memória e afetividade.

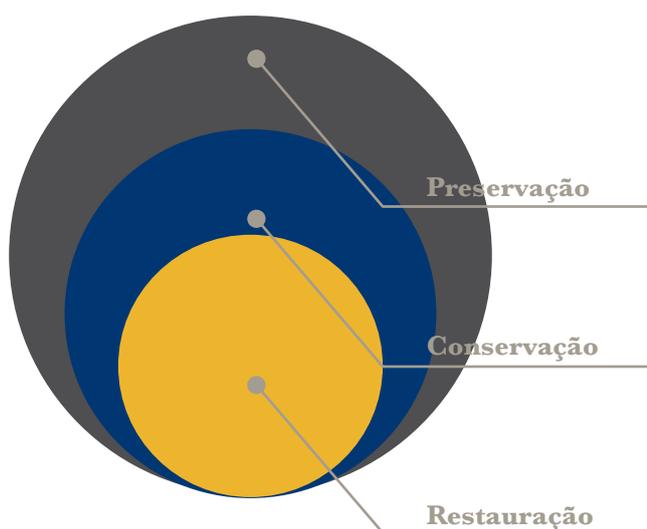
- **Patrimônio Material:** Constitui-se de bens imóveis - monumentos, edifícios, sítios arqueológicos - e bens móveis - mobiliário, obras de arte, documentos, objetos históricos e outros.
- **Patrimônio Imaterial (ou intangível):** Composto por manifestações em saberes, ofícios e modos de fazer, celebrações e lugares, tais como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas.
- **Patrimônio Natural:** Constituído de bens que trazem marcas da interação do homem com o meio natural. Por exemplo: grutas, montanhas, rios, ecossistemas, jazidas, animais silvestres, etc.



Preservação do Patrimônio Cultural

O termo “preservar” remete à proteção e defesa. Sendo assim, a preservação do patrimônio cultural refere-se à manutenção de um bem no estado físico⁵ em que se encontra, desacelerando sua degradação e prolongando sua vida útil.

A preservação envolve uma série de ações que vai desde a conservação ou restauração dos bens até medidas mais complexas, como o exercício de sua função social da propriedade e sua relação e envolvimento com a comunidade. Nesse sentido, cada indivíduo é parte de um todo – da sociedade e do ambiente – e constrói, com os demais, a história dessa sociedade, legando às gerações futuras registros capazes de propiciar a compreensão da história humana.



No campo do Patrimônio Cultural os termos preservação, conservação e restauração, indicam ações fundamentais, específicas e diferenciadas, mas interdependentes, em relação aos bens culturais.

O que é conservação? São processos de manutenção preventiva que visam à preservação do patrimônio, sem alteração de suas características primárias.

O que é restauração? São atividades de intervenção corretiva que têm o objetivo de restabelecer o estado original dos bens, ou próximo desse, anterior aos danos decorrentes da ação do tempo ou do homem.

6. A Constituição Federal de 1988 foi um marco na afirmação e valorização da diversidade cultural, o que exigiu a previsão de alternativas diversificadas capazes de promover e proteger o patrimônio cultural de uma forma mais abrangente. Isto é, a CF de 88 fomentou a problematização das dimensões materiais e imateriais do bem cultural, alargando os processos de preservação e proteção do patrimônio para além do seu “estado físico” e o instrumento de tombamento.



Proteção do Patrimônio Cultural

Para a realização do ato administrativo de inscrição do patrimônio, é necessário atentar à legislação específica da instância desejada – mundial, nacional, estadual e/ou municipal – de acordo com a relevância do bem, além de classificá-lo de acordo com sua natureza.

ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO

Conselhos de Patrimônio: Esfera Municipal; órgão que oferece assistência à administração do município, em especial em assuntos relacionados ao patrimônio de uma comunidade. Para se constituir um conselho é necessário, primeiramente, a elaboração de uma lei de proteção do patrimônio, de acordo com o Decreto-lei nº 25 de 1937 (DL 25/37).

Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico - Iepha: Esfera Estadual; fundação vinculada à Secretaria de Estado de Cultura que atua no campo das políticas públicas de patrimônio cultural. Cabe ao Instituto pesquisar, proteger e promover os bens culturais de natureza material e imaterial de Minas Gerais, em parceria com os órgãos municipais e federal.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan: Esfera Federal; autarquia federal que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Cabe ao Iphan proteger e promover os bens culturais do País, além de responder pela conservação, salvaguarda e monitoramento dos bens culturais brasileiros inscritos na Lista do Patrimônio Mundial e na Lista do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, conforme convenções da Unesco.



CURIOSIDADE: A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) foi criada em 16 de novembro de 1945, com o objetivo de garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações. Atua nas seguintes áreas de mandato: Educação, Ciências Naturais, Ciências Humanas e Sociais, Cultura e Comunicação e Informação. Nesse sentido, a UNESCO elabora e promove a aplicação de instrumentos normativos no âmbito cultural, além de desenvolver atividades para a salvaguarda do patrimônio cultural, a proteção e o estímulo à diversidade cultural, bem como o fomento ao pluralismo e ao diálogo entre as culturas e civilizações. No Brasil, a UNESCO tem atuado em cooperação com as autoridades e instituições nacionais em diversas iniciativas para a preservação do patrimônio cultural, seja no apoio à preservação do Patrimônio Mundial e no fortalecimento dos museus, bem como na salvaguarda do rico patrimônio imaterial brasileiro.

Formas de proteção

Inventário: Instrumento de identificação de bens culturais. É o primeiro procedimento documental do patrimônio. Apresenta as características dos bens pesquisados para sua perfeita identificação, podendo justificar a seleção de determinados bens como patrimônio cultural e sua proteção pelo poder público.

Surgiram como modos de produzir um novo saber, por meio da coleta e sistematização de informações obedecendo a determinado padrão e repertório de dados passíveis de análises e classificações, e se constituem até hoje como instrumentos de identificação, valorização e proteção dos bens como patrimônio cultural. Nesse sentido, na trajetória das práticas de preservação, o conceito de inventário deve ser considerado chave, pois sempre remeterá à própria conceituação do que seja o patrimônio cultural.

Tombamento: Tombamento é um instrumento jurídico criado por lei federal – Decreto-lei nº 25 de 1937 (DL 25/37) – que tem por objetivo impor a preservação de bens materiais públicos ou privados. Essa imposição resulta do caráter obrigatório e estatal da decisão de preservar determinado bem, em função do interesse público.

O conceito de patrimônio cultural se viu significativamente ampliado na Constituição de 1988, a qual recepcionou o tombamento como uma espécie de forma de proteção dentre as várias do gênero preservação. Também foi por força da Constituição de 1988 que o Decreto-lei nº 25 tornou-se norma geral nacional sobre tombamento.

Registro: Instrumento criado por meio do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, no âmbito da política federal de patrimônio cultural do Brasil, com a finalidade de contribuir, de forma adequada, para a salvaguarda de bens de caráter processual e dinâmico que sejam considerados “de relevância para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira” (BRASIL, 2000).

Se distingue do tombamento na medida em que não se propõe a “conservar” os bens registrados ou a assegurar a sua “autenticidade”, nem a atribuir ao poder público a obrigação de fiscalizar e de zelar pela sua integridade física. Nessa mesma linha, não cria explicitamente direitos ou deveres para quaisquer das partes envolvidas, a não ser as atribuições mencionadas nos art. 5º e 6º do Decreto nº 3.551/2000, que recaem sobre o Ministério da Cultura, cabendo a este, além da concessão do título de “Patrimônio Cultural do Brasil” e inscrição no livro de registro correspondente (art. 5º), “assegurar ao bem registrado” documentação pelos meios adequados e “ampla divulgação e promoção” (art. 6º).



CURIOSIDADE: Existem outros instrumentos de proteção do patrimônio cultural. A saber: vigilância, legislação urbanística, incentivos fiscais, ação civil pública, ação popular, mandado de segurança, códigos de obras, educação patrimonial, etc.



Educação Patrimonial

Às ações educativas que envolvem a sensibilização ao patrimônio cultural damos o nome de educação patrimonial, conceito que deve ser entendido aqui como um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de nossa cultura. Com o desenvolvimento de estratégias por meio da educação formal e não-formal⁷, de forma coletiva e dialógica permitindo ao público assimilação do contexto sócio-histórico no qual está inserido o bem, a fim de colaborar para a valorização, preservação e reconhecimento das expressões culturais e seus significados.

Educativo da Capela Curial São Francisco de Assis

Criado⁸ para estimular a apropriação e reconhecimento identitário da comunidade belorizontina, o Setor Educativo da Capela da Pampulha, atua, diretamente, junto aos visitantes, proporcionando, além da fruição artística, diálogos constantes entre os sujeitos sociais e o patrimônio cultural.

O Setor é vinculado ao Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte, atuando no desenvolvimento das ações educativas da Capela da Pampulha, em consonância com as diretrizes de proteção, valorização e divulgação do patrimônio cultural religioso.

Formado por uma equipe de profissionais ligados à área patrimonial - historiadores, museólogos e arquitetos -, realiza mediações com o público visitante, trabalhando com a percepção da religiosidade e fé, por meio de expressões culturais, abordando conceitos históricos, arquitetônicos e artísticos.

Os projetos empregados pelo setor são direcionados à apropriação dos bens culturais do Conjunto Arquitetônico da Pampulha, de maneira que o cidadão possa exercer seu direito sobre os bens públicos, que traduzem ou exemplificam uma parcela da identidade cultural coletiva.

7. A educação não-formal remete à aprendizagem cotidiana do indivíduo inserido em sociedade. “ O principal objetivo dessa corrente educativa é a formação de cidadãos aptos a solucionar problemas do cotidiano, desenvolver habilidades, capacitar-se para o trabalho, organizar-se coletivamente, apurar a compreensão do mundo à sua volta e ler criticamente a informação que recebem. Isso é feito pela valorização de elementos culturais já existentes na comunidade, às vezes mesclados com novos elementos introduzidos pelos educadores, e pela experiência em ações coletivas, frequentemente organizadas segundo eixos temáticos: questões étnico-raciais, de gênero, geracionais etc.” (GOHN, 2007. p 14).

8. Após passar por processos de restauração, a Capela Curial São Francisco de Assis reabriu no dia 04 de outubro de 2019. Carregando, desde 2016, o título de Patrimônio da Humanidade, sua reabertura possibilitou mais que o recebimento de visitantes; iniciou também, ações e atividades educativas, proporcionando a criação do Setor Educativo.





Para agendamento de visitas e outras informações sobre a atuação do Setor Educativo da Capela Curial São Francisco de Assis, entre em contato através do telefone (31) 3465-6219 ou e-mail memorialmuseologa@arquiocesebh.org.br.



REALIZAÇÃO

Arquidiocese de Belo Horizonte

Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Vicariato Episcopal para a Ação Missionária na Arte, Cultura e Bens Culturais

Dom Vicente de Paula Ferreira

Pe. Wellington Santos

Vicariato Episcopal para a Ação Pastoral

Pe. Joel Maria dos Santos

Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte

Maria Goretti Gabrich Fonseca Freire Ramos

Pe. Marcelo do Carmo Ferreira

Pe. Wellington Santos

Rayane Soares Rosário

Luciana da Silva Araújo

Capela Curial São Francisco de Assis

Pe. Ednei Almeida Costa

Abel José de Oliveira

Carlos Antônio Barbosa

Maria Goretti Gabrich Fonseca Freire Ramos

Equipe Técnica

Rayane Rosário - Museóloga.

Luciana Araújo - Historiadora.

Ana Luíza Pena de Sá - Estagiária de História.

Caroline Cristina de Sousa Paiva - Estagiária de Arquitetura e Urbanismo.

Juliana Natália da Silva Reis - Estagiária de Arquitetura e Urbanismo.

Matheus Rafael Gonçalves - Estagiário de História.

Diagramação e Ilustração

Maria Fernanda Pereira de Sá.

Fotografia da capa

Hebert Gerson Soares Júnior

AGRADECIMENTOS

Ao Pe. Weliton da Silva Lopes, que apoiou esta iniciativa desde as ações iniciais, integrando esta equipe de trabalho e somando esforços na preservação do patrimônio cultural da Arquidiocese de Belo Horizonte.



REFERÊNCIAS

CALVO, Julia. **Belo Horizonte das primeiras décadas do século XX: entre a cidade da imaginação à cidade das múltiplas realidades.** Revista Caderno de História - Puc Minas, 2013. v. 14, n. 21, p. 71.

CAMPOS, Adalgisa A. **Pampulha: uma proposta estética e ideológica.** In: **Análise e Conjuntura, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro**, v.13, 1983.

CARSALADE, Flávio. Pampulha. **Coleção BH. A cidade de cada um. Belo Horizonte: Conceito, 2007.**

CEDRO, Marcelo Araujo Rehfeld. **JK desperta BH (1940-1945): a capital de Minas Gerais na trilha da modernização.** São Paulo: Annablume, 2009.

CEDRO, Marcelo Araujo Rehfeld. **Praça Sete, Pampulha e Savassi: centralidades urbanas e modernidade periférica na cidade de Belo Horizonte.** São Paulo: Annablume, 2016.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo.** 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Minc - Iphan, 2005, 295p.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Registro. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural.** 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

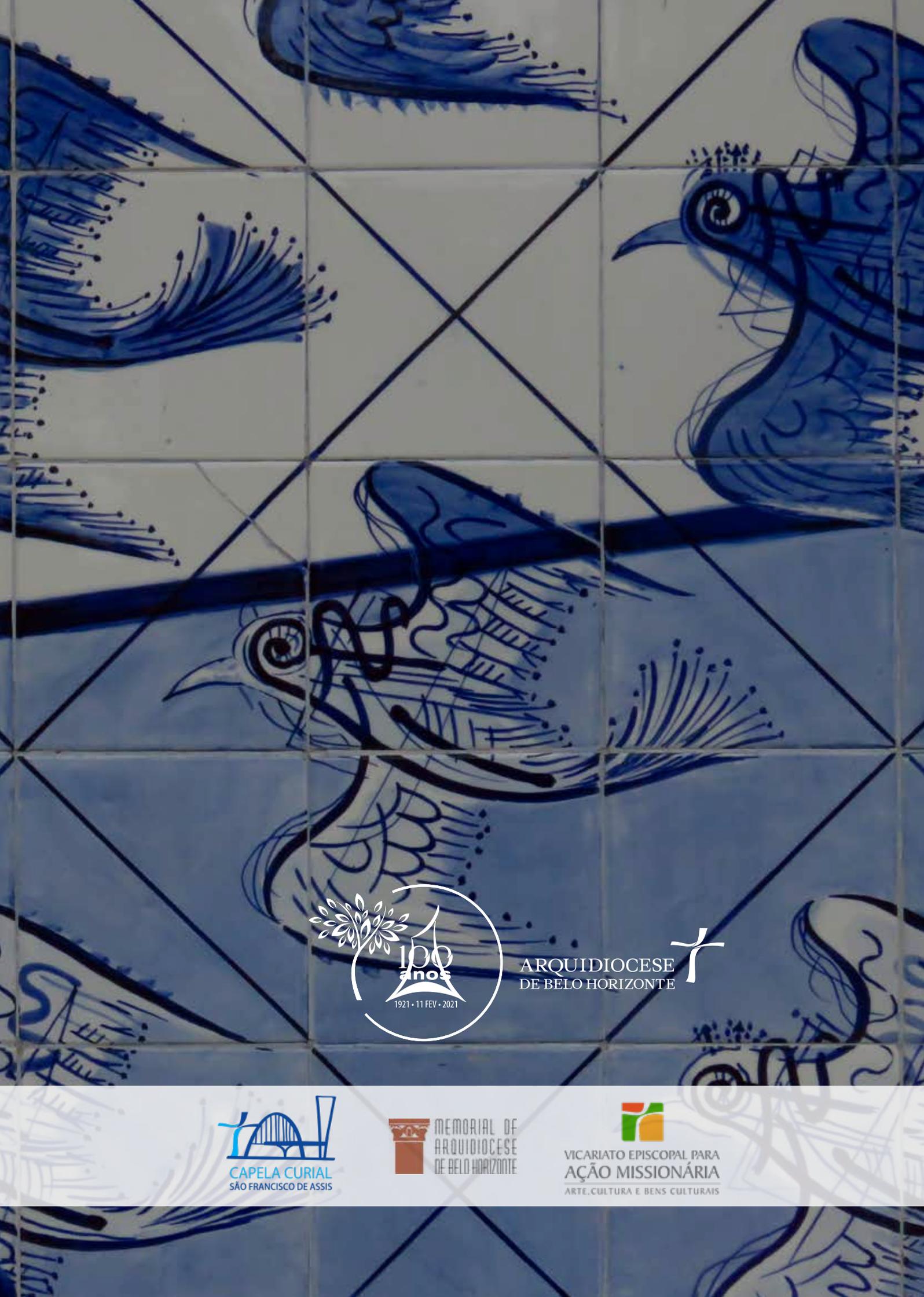
LE GOFF, Jacques. Memória-História. In Enciclopédia Einaudi. V.1. **Verbetes “História”, “Memória”, “Documento/Monumento”.** Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

MOTTA, Lia; REZENDE, Maria Beatriz. Inventário. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural.** 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

RABELLO, Sonia. O tombamento. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural.** 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. GOHN, Maria da Glória. FERNANDES, Renata Sicero (Orgs.). **Não-fronteiras: universos da educação não-formal.** São Paulo Itaú Cultural, 2007. 96 p.





ARQUIDIOCESE
DE BELO HORIZONTE



VICARIATO EPISCOPAL PARA
AÇÃO MISSIONÁRIA
ARTE, CULTURA E BENS CULTURAIS